

A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ SOB RACIONALIDADE DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

Drielly Karina Cardoso da Costa Amoras
Doutoranda em Educação- PPGED/UFPA (drielly.costa@iced.ufpa.br)

Maria Edilene da Silva Ribeiro
Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação/ UFPA (mariaedilene@ufpa.br)

EIXO 3: Práticas de avaliação, indicadores, performatividade, novo perfil dos estudantes e dinâmica de tomadas de decisões pelas instituições.

1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados da pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal do Pará, que teve como objetivo analisar aspectos da Nova Gestão Pública nos processos de autoavaliação institucional da universidade. A autoavaliação institucional, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é um mecanismo de acompanhamento da qualidade das instituições de educação superior no Brasil.

Os processos avaliativos, bem como seus resultados não se materializam de forma neutra, mas são expressões de interesses diversos como, segundo Chesnais (2005) das transformações mais amplas no papel do Estado em um cenário marcado pelo domínio do capital financeirizado em escala global, compreendido como o predomínio da esfera financeira sobre a esfera produtivo, considerando que esta predominância não pode ser entendida apenas de forma quantitativa, sobretudo qualitativa, ou seja, como essa racionalidade se instaura em toda tecitura social.

Nesse contexto, a racionalidade gerencial, orientada por princípios de governança, passa a se constituir como princípio organizador da vida social. Caracteriza-se pela predominância da lógica financeira e redefine as formas de regulação, gestão e avaliação das políticas públicas, orientando-as por critérios de eficiência (Matias-Pereira, 2010)

Temos como questão central "Como a autoavaliação institucional na Universidade Federal do Pará expressa os princípios da nova gestão pública, especialmente no que se refere à racionalidade gerencial marcada pela expansão da Nova Gestão Pública?"



2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa teórico metodológica pautada no materialismo histórico e Dialético, tendo como campo empírico a Universidade Federal do Pará e como principal fonte de informações documentos como os Relatórios de Avaliação Institucional, no período de 2016 a 2023, e do Plano de Desenvolvimento Institucional (2016–2025).

A Universidade Federal do Pará, está localizada na Amazônia brasileira, sendo a maior universidade pública doo Norte do Brasil, é portanto, uma das universidades brasileiras assentada no atual contexto de financeirização do capital, o que nos instigou a identificação e análise dos elementos da racionalidade gerencial presentes nos processos de autoavaliação institucional.

Teoricamente, dialogamos com autores como Sobrinho (2010), Leite (2010) e Oliveira (2023) que compreendem a autoavaliação institucional como ato político, articulado a dimensões sociais mais amplas, sobretudo não neutro ou isolado de aspectos econômicos e políticos. O estudo também é fundamentado teoricamente por autores como Brettas (2020), Behring (2024) e Matias-Pereira (2010), que analisam as políticas públicas educacionais inseridas em um contexto macroeconômico onde as reformas do Estado acompanham a dinâmica do capital.

Além disso, utilizamos a Analise de Conteúdo de Bardin (2016), que permitiu a partir da análise do corpus documental e bibliográfico em questão evidenciar unidades de sentido que fundamentaram a construção de descritores[1] partindo do aparente ao movimento real e contraditório, para produzir inferências.

3. DISCUSSÃO DOS DADOS

Foi possível identificar que a Universidade Federal do Pará se alinha às diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que estabelece que a autoavaliação institucional deve ocorrer em ciclos trienais, vinculada aos atos regulatórios e articulada à avaliação institucional externa e ao Plano de

[1] Os descritores são: Governança Pública; Governança Corporativa; Planejamento; Gestão; Prestação de Contas; Transparência; Eficiência; Responsabilidade; Avaliação; Autoavaliação.

Desenvolvimento Institucional (PDI). Tal conformidade evidencia a inserção da universidade na política nacional de avaliação da educação superior, constituindo base material para a análise de aspectos gerenciais no processo de autoavaliação institucional.

Evidenciou-se a partir dos Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAI), especialmente a partir de 2018, a incorporação progressiva da governança como princípio organizador da avaliação institucional. O termo emerge inicialmente associado à governança digital e de processos internos, sendo posteriormente articulado à noção de Governança Corporativa, conforme evidenciado no RAI de 2019, no qual se destacam mecanismos de auditoria interna, gestão de riscos e controle institucional. Evidenciou-se a instituição do Comitê de Governança, Riscos e Controle, bem como a elaboração do Manual de Gestão de Riscos, ressaltando a centralidade assumida por mecanismos de controle, eficiência e racionalização.

Entendemos que essa orientação se articula à centralidade de metas, indicadores e desempenho, expressa tanto nos Relatórios de Autoavaliação Institucional quanto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016–2025), que estrutura o planejamento institucional a partir de métricas quantitativas, distribuídas em diferentes dimensões estratégicas. O fichário de indicadores de desempenho, presente no PDI, evidencia a operacionalização da gestão por resultados, reforçando o monitoramento contínuo e a avaliação institucional baseada em critérios mensuráveis conforme explicitam Dias Sobrinho (2010) e Oliveira (2023).

A lógica que pode ser apreendida da análise dos relatórios evidencia que o *modus operandi* do setor financeiro vem adentrando os espaços da Universidade com desdobramentos que operam em diferentes e complexos níveis, desde a capacidade de gestão de recursos à racionalização do tempo para avaliar, controlar riscos, monitorar e produzir resultados, o que pode reduzir a complexidade da universidade pública à mensuração pouco reflexiva.

Percebemos que, embora a universidade pública não atue diretamente no mercado financeiro, a lógica da esfera do mercado financeiro de ações e ativos está presente na

forma como a universidade passa a operar em um contexto de financeirização do Estado, das políticas públicas e das instituições públicas.

De acordo com Paulani (2024) a financeirização é um dos aspectos de um movimento amplo do processo de acumulação. Ainda que, a universidade não esteja diretamente ligada ao mercado de ações, é necessário compreender que os desdobramentos desse momento histórico do capitalismo para universidade pública, uma vez que a reconfiguração da atuação do Estado e a redefinição do seu tamanho não apenas drena recurso das áreas sociais, considerando que "tal papel não se restringe a cortar gastos sociais, retirar direitos dos cidadãos, constranger investimentos públicos e impulsionar privatizações" (Paulani, 2024, p. 100)

Importante notar, que os relatórios institucionais, em especial o RAI de 2019, evidenciam a ampliação de estratégias de captação e diversificação de recursos, por meio de convênios, contratos, aplicações financeiras e outras formas de financiamento, indicando a incorporação de práticas associadas à lógica de mercado no interior da universidade pública. Entendemos que, tal movimento se articula à ênfase na eficiência, na otimização dos recursos e no controle orçamentário, revelando a inserção da instituição em uma dinâmica de racionalização econômica alinhada aos pressupostos da Nova Gestão Pública que vêm consolidando no Brasil desde a década de 1990 com as reformas de Estado sob o discurso de eficiência e produtividade do setor privado. (Behring, 2020)

No que se refere à estrutura da Comissão Própria de Avaliação (CPA), observa-se, a partir da Resolução nº 738/2015 e das Portarias institucionais, a formalização de sua composição com previsão de rotatividade dos membros. Contudo, a análise evidencia a permanência de determinados integrantes para além do período previsto normativamente, indicando uma possível concentração de funções decisórias e a estabilização de determinadas concepções de avaliação institucional. Isso reforça o que autores como Denise Leite (2010) interpretam como uma participação efetiva fragilizada, o que compromete o caráter plural, dinâmico, formativo e pedagógico da atuação das CPA's.

Na mesma direção, tanto nos Relatórios de Autoavaliação Institucional quanto no PDI (2016–2025), identificamos uma tensão entre o discurso de responsabilidade social

e a lógica gerencial orientada por desempenho, metas e indicadores. Tal contradição evidencia a subordinação da autoavaliação institucional a mecanismos de accountability, controle e eficiência, reduzindo seu potencial formativo e reforçando sua função como instrumento de regulação e indução de comportamentos institucionais.

4. CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciaram que os processos de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Pará incorporam, de forma progressiva, elementos característicos da Nova Gestão Pública, especialmente a partir da centralidade assumida por dispositivos de governança, gestão de riscos, controle e monitoramento por indicadores. Tal movimento se expressa tanto nos Relatórios de Autoavaliação Institucional quanto no Plano de Desenvolvimento Institucional, revelando uma orientação crescente por critérios de eficiência, desempenho e mensuração, que reconfiguram o sentido e a função da autoavaliação no interior da universidade.

Além disso, constatou-se que essa racionalidade gerencial não se limita a aspectos técnico-administrativos, mas se insere em um contexto mais amplo de transformações do Estado sob a lógica da financeirização. A incorporação de práticas como diversificação de fontes de financiamento, ênfase na otimização de recursos e ampliação de mecanismos de controle evidencia a penetração de uma lógica econômica que aproxima, ainda que de forma mediada, a universidade pública de dinâmicas próprias do mercado. Esse processo tende a reduzir a complexidade da instituição a parâmetros quantificáveis, tensionando seu caráter crítico, formativo e socialmente referenciado.

Por fim, identificou-se uma contradição entre o discurso institucional voltado à responsabilidade social. Essa tensão aponta para a subordinação da autoavaliação a funções regulatórias e de controle, em detrimento de seu potencial emancipatório e participativo. Assim, conclui-se que a autoavaliação institucional, longe de ser um processo neutro, constitui-se como espaço de disputa, no qual se expressam as determinações mais amplas das transformações contemporâneas do Estado e das políticas públicas.

5. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente, fundo público e política social no Brasil. In: __. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 161-195.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004, p. 3

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração e consequências**. São Paulo, Boitempo, 2005. (p.35-84)

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995- 2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/SkVnKQhDyk6fkNngwvZq44c/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 fev 2025.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAs e da auto-avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, 2010. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/286. Acesso em: 29 abr. 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010. 288 p.

OLIVEIRA, Ivan do Santos**. Autoavaliação Institucional no âmbito do Sinaes: da concepção à prática.** Teresina: IFPI, 2024.

PAULANI, Leda Maria. Sobreacumulação, Financeirização, Rentismo e Assetização. In: Lavinas, Lena et.al (org.). Financeirização – crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024. (p.81-114).